



UNILIVRE: A RELAÇÃO ENTRE A BELEZA DO LUGAR E O ACESSO PARA TODOS

Simone Rechia

Marina R. Cassapian

RESUMO

A cidade como um espaço público possibilita a convivência e o exercício da cidadania por todos os cidadãos. Esta pesquisa busca refletir sobre a relação da acessibilidade da UNILIVRE com a garantia do direito ao lazer para os integrantes do grupo de cadeirantes “A União faz a Força”. Para tanto, traçou-se os seguintes objetivos: analisar este espaço utilizando um roteiro baseado na Norma Brasileira de Acessibilidade e investigar as facilidades e dificuldades encontradas pelos integrantes do grupo “A União faz a Força” no uso da UNILIVRE. Esta investigação foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, com a estratégia de triangulação dos dados coletados em entrevistas com pessoas cadeirantes e gestores da Prefeitura de Curitiba, observação sistemática do espaço e do passeio do grupo de cadeirantes, com o referencial teórico. Destaca-se que, apesar de Curitiba possuir facilidades ainda identificamos muitos problemas relacionados que reduzem a mobilidade da pessoa com deficiência na cidade e dificultam o acesso e o uso do espaço de lazer pesquisado. Conclui-se, portanto, que a falta de acessibilidade encontrada nesse espaço reduz a possibilidade de escolha do lazer e conseqüentemente restringe a garantia do direito ao lazer para os integrantes do grupo “A União faz a Força”.

Palavras- chave: Cidade Saudável; áreas verdes; Pessoas com Deficiência; Acessibilidade.

ABSTRACT

The city as a public space purpose the coexistence and citizenship for all citizens. This research aims to consider on the relation of UNILIVRE accessibility with the guarantee to the right to leisure for the members of the group of wheelchair users "A União faz a Força ". For this, the following objectives: to analyze this space using a script based on the Brazilian Accessibility Standard and investigate the easines and difficulties encountered by members of the group in the use of Unilivre. This investigation was developed from a qualitative approach with the triangulation of data collected in interviews with wheelchair users and managers in the City of Curitiba, systematic observation of space and ride the wheelchair group, as theoricaal referential. It is remarkable that, while Curitiba have easinesses it was also identified many problems which reduce the mobility of disabled person in the city and hinder the access to the leisure space. Therefore, it is concluded that the lack of accessibility observed in this area reduces the choice of leisure and also restricts the guarantee of the right to leisure for the members of the group " A União faz a Força ".

Key- words: Healthy City; Green Areas; Disabled Persons; Architectural Accessibility.



RESUMEN

La ciudad como espacio público en la convivencia y la ciudadanía para todos los ciudadanos. Esta investigación tiene por objeto reflexionar sobre la relación de Unilivre accesibilidad con la garantía del derecho al ocio de los miembros del grupo de usuarios de silla de ruedas " A União faz Força". Para ello, señaló a los siguientes objetivos: analizar este espacio con un guión basado en la Norma Brasileña para la Accesibilidad e investigar las ventajas y las dificultades encontradas por los miembros del grupo " A União faz Força" en el uso de Unilivre. Esta investigación se desarrolló a partir de un enfoque cualitativo con la triangulación de los datos recogidos en las entrevistas con los usuarios de silla de ruedas y los administradores de la Municipalidad de Curitiba, la observación sistemática del espacio y viajar en el grupo de sillas de ruedas, con la teórica. Cabe señalar que, aunque las instalaciones de Curitiba también han identificado muchos problemas que reducen la movilidad de las personas con discapacidad en la ciudad y de difícil acceso y el uso de espacio de ocio buscado. De ello se deduce, pues, que la falta de accesibilidad que se encuentran en esta área se reduce la elección de ocio y por lo tanto limita la garantía del derecho al ocio de los miembros del grupo "A União faz Força".

Palabras clave: Ciudad Saludable ; Áreas Verdes; Personas con Discapacidad; Estructuras de Acceso

Atualmente as cidades são entendidas para além de seus espaços geográficos e podem ser consideradas como palcos da vida em sociedade, nos quais se estabelecem as relações humanas. De tal forma que Borja (2005) sugere olharmos para a cidade como um espaço público que possibilita a convivência e o exercício da cidadania por todos os cidadãos.

Logo, compreendemos a cidade como aponta Rechia (2003): uma organização viva e dinâmica, que sofre modificações, pois necessita da interação entre diferentes espaços e equipamentos urbanos para favorecer a mobilidade urbana, bem como o uso e apropriação dos espaços públicos, a fim de proporcionar as relações de troca entre todos os cidadãos.

Dessa forma, Lefebvre (2001) afirma que o direito à cidade deve ser garantido para todas as camadas da população, independente das condições sociais, econômicas ou de saúde. Ele vai além dos direitos sociais garantidos à população, como direito à saúde, moradia, lazer, entre outros, pois envolve o direito de participar das atividades da cidade e o direito à apropriação desta, ou seja, de se relacionar com os outros cidadãos e com os diversos equipamentos urbanos.

Ao olharmos para as cidades podemos perceber que ainda existem vários fatores que podem limitar o direito à cidade, entre eles podemos citar as questões relacionadas com a falta de segurança, crescimento desordenado das cidades, as dificuldades na mobilidade urbana entre outros.

Curitiba tem sido referência no planejamento urbano e a partir da década de setenta foi marcada por transformações de ordem física, econômica, social e cultural. Neste período Curitiba iniciou a tradição de preservar as áreas naturais para transformá-las em espaços públicos de lazer. Este planejamento com



soluções urbanísticas funcionais e estéticas forneceu à cidade uma marca identitária¹ como “cidade modelo” ou “cidade planejada” e se tornou referência nacional, pois seus espaços públicos agregavam modernidade, cultura e lazer, além de proporcionarem uma mediação entre natureza e sociedade (RECHIA, 2007). Apesar dessa marca positiva da cidade, alguns autores, como Moura² (2007, *apud* OLIVEIRA; RECHIA, 2009), demonstram que essa imagem de Curitiba é alvo de críticas dos próprios moradores da cidade, já que muitos deles, principalmente aqueles moradores de regiões periféricas, não vivem essa realidade e enfrentam problemas de segurança, transporte, entre outras dificuldades presentes nas grandes cidades brasileiras.

Ao focarmos especificamente as pessoas com deficiência, observamos que ainda existem muitas barreiras nos diferentes espaços urbanos que dificultam o deslocamento e o uso da cidade e de seus espaços.

Ao longo dos últimos anos, diferentes áreas do conhecimento têm discutido questões referentes à inclusão das pessoas com deficiência³ e mobilidade reduzida⁴, bem como a necessidade de modificar os espaços sociais para torná-los acessíveis para todas as pessoas. Além disso, o conceito de acessibilidade também já passou por diversas modificações, principalmente após integrar, na década de 1990, os princípios do Desenho Universal⁵, voltados à criação de espaços para uso por todas as pessoas, independente da idade, presença de deficiência ou de diferentes condições de saúde. De modo que os estudos sobre acessibilidade não se restringem apenas ao acesso de um determinado local, analisado de modo isolado dos outros espaços urbanos ou ao objetivo de facilitar a utilização dos espaços apenas para as pessoas com deficiência, contudo têm a perspectiva de tornar o ambiente acessível para todas as pessoas.

Dessa maneira, utilizamos a definição apresentada na legislação brasileira⁶, que entende a acessibilidade como condição para uso de um espaço e de seus equipamentos com autonomia e segurança, principalmente por pessoas com mobilidade reduzida ou com alguma deficiência. Essa condição de uso é garantida pela eliminação das diferentes barreiras encontradas na cidade as quais

¹ Rechia (2007) pontua a relação entre planejamento urbano e poder público na criação da marca identitária. Também afirma que a busca de uma marca identitária tem sido objeto de disputa entre as cidades para conseguir atrair mais pessoas e investimentos.

² MOURA, R. O Turismo no Projeto de Internacionalização da Imagem de Curitiba. **Revista Turismo** - Visão e Ação, v. 9, n. 3, set./dez. 2007.

³ Atualmente encontramos vários termos para se referir às pessoas com deficiência. Na área da educação, o termo “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoas portadoras de necessidades especiais”, na legislação brasileira sobre deficiência, o termo “portadores de deficiência”, porém neste trabalho será utilizado o termo “pessoa com deficiência”, por ser o termo adotado pela Convenção Internacional sobre os direitos da Pessoa com Deficiência e aprovado pela Assembleia da ONU em 2006.

⁴ De acordo com o Decreto n. 5.296 de 2004, pessoa com mobilidade reduzida é aquela que não se enquadra no conceito de pessoa com deficiência, porém possui dificuldade de movimentar-se, permanente ou temporariamente, gerando redução efetiva da mobilidade, flexibilidade, coordenação motora e percepção.

⁵ Os princípios do Desenho Universal são: o *uso equitativo*, ou seja, que o espaço ou equipamento possa ser usado por diversas pessoas independente da idade ou habilidade de cada uma, o *uso flexível* com diferentes possibilidades e maneiras de uso, o *uso simples e intuitivo* com informação de fácil percepção, a *tolerância ao erro* para diminuir e evitar acidentes e o *baixo esforço físico*, com a dimensão e espaço apropriado para sua utilização (MORAES, 2007).

⁶ Nesta pesquisa utilizamos a definição de acessibilidade encontrada no Decreto n. 5.296 de 2004.



Dischinger *et al.* (2004, *apud* MORAES, 2007)⁷ classificaram em barreiras atitudinais, que estão relacionadas ao preconceito com as pessoas diferentes; barreiras físicas, encontradas nos espaços, edifícios e transportes, e barreiras de informação, que dificultam a comunicação entre as pessoas e o uso dos equipamentos urbanos.

Observamos que esta definição relaciona a acessibilidade ao uso de um espaço específico e de seus equipamentos, entretanto salientamos a importância de compreender a relação entre os diferentes espaços de uma cidade, afinal qual a garantia de uso de um espaço, se a pessoa não consegue transpor as barreiras para sair de casa e chegar a esse local? Leite (2007) afirma que existe uma relação direta entre a acessibilidade e o direito ao transporte e locomoção nas cidades, já assegurados pela Constituição Brasileira.

Entre os direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988, também encontramos o direito ao lazer, que apesar de ser considerado como direito para todos os cidadãos, ainda não é usufruído por todos. Para Reis e Starepravo (2008)⁸, entre as barreiras que limitam a garantia desse direito, encontra-se a falta de compreensão da importância do lazer, que acaba tornando esse direito como de menor valor se comparado aos outros direitos sociais. Outros obstáculos estão relacionados à disponibilização e ao acesso aos espaços e equipamentos de lazer.

Ao discutir o acesso aos espaços, os referidos autores apontam para a desigualdade social, a precariedade de acesso, a privatização dos espaços, entre outras questões ligadas à esfera econômica. Referente à acessibilidade dos espaços públicos de lazer no Brasil perguntamos: como ela se encontra, considerando que os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao censo do ano 2000, demonstram que existem aproximadamente 24,5 milhões de pessoas com deficiência no Brasil, representando 14,5% da população? (SISCORDE, 2002).

Diante do exposto acima, remetemos nosso olhar para um espaços de lazer da cidade de Curitiba e temos como objetivo refletir sobre a relação da acessibilidade da UNILIVRE e a garantia do direito ao lazer para os cadeirantes do grupo “A União faz a Força”.

Como se trata de uma pesquisa de cunho social, buscamos, segundo Baum e May (2010), estudar o cotidiano e acompanhar o grupo “A União Faz a Força”⁹ em alguns passeios realizados em espaços públicos de lazer da cidade, a fim de compreender as questões relacionadas à acessibilidade dos espaços públicos de lazer de Curitiba. Para isso, utilizamos a abordagem qualitativa com a estratégia de triangulação dos dados coletados em entrevistas semiestruturadas com pessoas cadeirantes e gestores da Prefeitura de Curitiba, observação sistemática dos espaços de lazer e dos passeios do grupo de cadeirantes, bem como a literatura sobre o planejamento urbano, lazer, acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

A Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE) é a principal atração do Bosque Municipal Zaninelli, inaugurado em 1992. A edificação da UNILIVRE foi construída de troncos de eucalipto e vidro

⁷ DISCHINGER, M.; ELY, V. H. M. B.; MACHADO, R.; SILVA, R. M. de S.; PADARATZ, R.; ANTONINI, C.; DAUFENBACH, K.; SOUZA, T. R. M. de. **Desenho universal nas escolas: acessibilidade na rede municipal de ensino de Florianópolis**. Florianópolis: Grupo PET Arquitetura e Urbanismo, UFSC: Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2004.

⁸ Os autores basearam a investigação das políticas públicas para o lazer nos autores: Nelson Carvalho Marcellino, Vitor Andrade de Melo e Fernando Mascarenhas, e discutem alguns pontos convergentes entre eles.

⁹ O grupo “A União faz a Força” é constituído por 04 cadeirantes que moram no Distrito Bairro Novo, considerado como uma das regiões carentes e violentas da Cidade de Curitiba. Este grupo foi organizado e é coordenado por uma terapeuta ocupacional e docente da Universidade Federal do Paraná e tem como objetivo discutir questões relacionadas à inclusão e acessibilidade. Os integrantes do grupo assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido para participar desta pesquisa.



e tem por objetivo repassar conhecimentos sobre o meio ambiente à população em geral. Outras atrações do bosque são a mata nativa ao redor da pedra, a passarela no túnel vegetal que desemboca frente à pedra, o espelho d'água do lago com aproximadamente 120 m de extensão, o auditório ao ar livre e o mirante. Sua estrutura é composta pelos seguintes equipamentos: passarela, bosque, lago, auditório ao ar livre, mirante, sede administrativa da universidade e sanitários.

O acesso à UNILIVRE pode ser feito por transporte público com ônibus adaptado. Há um ponto de ônibus em frente ao bosque, porém o ônibus utilizado pelo grupo de cadeirantes no passeio¹⁰ parou em uma avenida que se localiza a aproximadamente um quilômetro. Esse trecho é constituído por uma descida íngreme, a qual os cadeirantes não conseguiram descer sozinhos e quase caíram da cadeira de rodas, o que poderia ter causado um acidente. Eles retornaram à avenida e solicitaram apoio, sendo transportados de carro até o local¹¹. Destacamos a falta de acessibilidade encontrada no entorno do espaço de lazer e ressaltamos a necessidade de integrar o planejamento do espaço de lazer com a mobilidade urbana, pois de acordo com Jacobs (2000) o sucesso de um espaço está vinculado a relação que este possui com o bairro.

O estacionamento é amplo, mas não possui nenhuma vaga demarcada e sinalizada, assim como não foram encontrados rebaixamentos de guia para acesso à calçada. Na entrada há um portal com uma rampa de madeira que possui uma inclinação maior do que a estipulada pela NBR 9050 (ABNT, 2004). Há um caminho alternativo que facilita o acesso, apesar de possuir piso de cascalho, que, de acordo com Burjato (2004), é um piso que não apresenta boas condições de acessibilidade e exige um esforço maior na propulsão da cadeira de rodas. Por ser um trecho curto, somente uma das cadeirantes necessitou de auxílio, os outros integrantes do grupo conseguiram se deslocar.

A circulação até o lago, sede da universidade e mirante, é feita por uma passarela de madeira com largura adequada à NBR 9050, porém a ausência de um corrimão ou proteção nas laterais gerou insegurança para alguns cadeirantes, que estavam com medo de cair na água. Destacamos que a segurança é essencial para o uso de um espaço.

Já o piso presente no parque, que é de pedra irregular, causa trepidação, exige um alto grau de esforço na propulsão da cadeira de rodas e não garante boa acessibilidade. A questão do calçamento com piso irregular, guias sem rebaixamento, buracos é uma das grandes barreiras para a mobilidade na cidade e acesso a todos os equipamentos.

Outra dificuldade observada durante o passeio realizado com o grupo foi o desnível entre a passarela de madeira e o chão em frente ao lago e no início da rampa que leva ao mirante, pois a cadeira de rodas de um dos cadeirantes quase se prendeu no desnível enquanto o cadeirante contemplava a natureza. De acordo com a ABNT (2004), qualquer desnível acima de 05 (cinco) milímetros precisa receber tratamento, pois se apresenta como um obstáculo.

Na subida da rampa que dá acesso ao mirante, os cadeirantes precisaram de ajuda em alguns trechos devido à inclinação da rampa, além de não conseguirem chegar até o topo, pois o último trecho é composto por uma escada. Esse fato gerou um sentimento de frustração para os cadeirantes.

¹⁰ Em 07 de maio de 2010 observamos o passeio realizado pelo grupo “A União faz a Força” na UNILIVRE. Estiveram presentes no passeio os quatro integrantes do grupo, a terapeuta ocupacional e coordenadora do grupo, as estagiárias do Curso de Terapia Ocupacional e esta observadora.

¹¹ Antes do passeio as estagiárias e terapeuta realizavam uma análise da acessibilidade do local, mas a decisão sobre o local do passeio era tomada pelo grupo de cadeirantes. Mesmo sabendo que encontrariam dificuldades, o grupo optou pelo passeio, pois queriam conhecer a UNILIVRE.



Além disso, também observamos uma diferença de campo de visão da pessoa que se encontra de pé para aquela que está na cadeira de rodas e precisa olhar entre os vãos do guarda-corpo. Ressaltamos ainda a importância de proporcionar acessibilidade nos mirantes, pois, segundo Burjato (2004), o adulto possui prazer e segurança ao conseguir visualizar todo o espaço ou a maior parte dele. A referida autora ainda cita Freyberger, que destaca: “o adulto conquista seu espaço através do olhar. Não precisa percorrê-lo para dominá-lo; ele o faz através de seu campo visual. O espaço do adulto é o mirante que observa a cidade.” (FREYBERGER¹², 2000, p. 7, *apud* BURJATO, 2004, p. 67). Ao olhar o espaço por entre a proteção da rampa, acreditamos que a conquista do espaço para esses cadeirantes foi limitado.

Na descida da rampa os cadeirantes também enfrentaram problemas, pois não havia um espaço adequado para executar a manobra da cadeira de rodas. Para os cadeirantes que estavam com a cadeira manual foi possível realizar a manobra para virar a cadeira de rodas, já a cadeirante com a cadeira motorizada não conseguiu, uma vez que a cadeira era mais larga. Assim ela desceu de ré até a primeira área de descanso para então virar a cadeira de rodas, o que exigiu que a atenção tanto da cadeirante quanto da pessoa que a auxiliou permanecesse focada na passarela para evitar choques contra a lateral, de modo a diminuir a oportunidade de contemplar a paisagem e apreciar a descida do mirante.

Esse fato gerou demora na descida do mirante por todos os cadeirantes, o que causou mal-estar, ou seja, mais uma experiência negativa, somada à frustração de não conseguir chegar ao topo do mirante. Para Cohen (2006), essas experiências negativas do ambiente podem influenciar na apropriação do lugar. Percebemos essa relação na fala dos cadeirantes, pois quando questionados sobre o passeio na UNILIVRE, foram unânimes em responder que não gostaram, o que confirma a discussão de Duarte e Cohen (2010) sobre a rejeição entre o lugar e as pessoas, pois as referidas autoras acreditam que quando o espaço rejeita o acesso de uma pessoa, esta geralmente passa a rejeitar o lugar, o que demonstra como as barreiras de um ambiente geram a exclusão das pessoas.

Na UNILIVRE há um sanitário ao lado da loja de *souvenirs*, sendo que a largura da porta e as dimensões do box não permitem a entrada de uma cadeira de rodas, além de não encontrarmos qualquer outra adaptação necessária para uso por uma pessoa com deficiência e exigida pela ABNT.

Durante o passeio alguns cadeirantes necessitaram usar o sanitário. Um deles precisou de auxílio e já o outro esvaziou a bolsa coletora no lado externo próximo ao sanitário. Não foi possível para os cadeirantes acessarem o lavatório para realizar a lavagem das mãos, o que prejudicou a garantia da higiene. Em outras palavras, concluímos que os cadeirantes ao não terem independência para realizar a própria higiene correram riscos que podem comprometer a saúde. Por tudo isso, destacamos que o planejamento dos espaços de lazer necessita de um olhar amplo e para além do espaço, da preservação da natureza ou de qual o melhor equipamento a ser colocado naquele local, ele também precisa considerar as questões relativas à segurança e saúde das pessoas.

Com efeito, podemos afirmar que a UNILIVRE apresenta várias barreiras físicas, desde as localizadas em seu entorno, como aquelas encontradas para o deslocamento e uso do sanitário, item considerado indispensável para que o local seja considerado acessível.

Por fim, ficou evidente que essas barreiras encontradas na observação do espaço foram semelhantes aquelas notadas durante os passeios bem como as apontadas pelos cadeirantes. e não possibilitaram o uso

¹² FREYBERGER, A. **O Espaço do brincar**. Dissertação (Mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.



do espaço pelos cadeirantes com independência. Em relação às dificuldades de acesso citadas pelos cadeirantes, eles destacaram: o transporte e as condições das calçadas da cidade, que ainda encontram-se em condições precárias.

Apesar de Curitiba possuir mais de 80% da frota de transporte adaptada, ainda encontramos muitos obstáculos, entre eles, elevadores de ônibus com falta de manutenção, locais onde ainda não temos transporte público adaptado, demora na espera por transporte adaptado. Já os obstáculos encontrados no deslocamento pelas calçadas foram tantos que em algumas situações os cadeirantes somente conseguiram andar na rua, entre os carros, causando risco à própria segurança. Essa dificuldade foi confirmada pelos gestores.

Assim sendo, ressaltamos que apesar de Curitiba possuir avanços, como uma secretaria especial voltada para as questões das pessoas com deficiência, e ter grande parte da frota de ônibus adaptada com rampas e elevadores, ainda identificamos muitos problemas relacionados à acessibilidade, que reduzem a mobilidade da pessoa com deficiência na cidade com total autonomia e independência. Acreditamos que os obstáculos encontrados na cidade estimulam as pessoas com deficiência a permanecerem isoladas em suas residências e a não usufruírem do direito à cidade, ou seja, ao uso de seus espaços, à convivência com outras pessoas e ao exercício de sua cidadania.

Destacamos, portanto, a necessidade de olharmos para a cidade como uma organização viva que necessita ser renovada para atender a todas as camadas da população, sendo que as questões relacionadas à melhoria da mobilidade urbana são primordiais, para que as pessoas se desloquem e se apropriem dos espaços da cidade para assim compreendê-la como uma obra que pertence e possui um significado para cada cidadão e não apenas como um aglomerado de espaços não adaptados

Quanto às dificuldades encontradas na circulação e uso do espaço, os cadeirantes destacaram a falta de adaptação nos sanitários, bem como a ausência de equipamentos adaptados e o tipo de piso instável, fato também observado na análise dos espaços. Um dos gestores também apontou o problema da adaptação dos sanitários, bem como a falta de informação sobre a localização e acessibilidade.

As restrições de acesso até o topo do mirante e as dificuldades na descida geraram experiências negativas e rejeição pelo local, ou seja, interferiram no processo de apropriação do espaço e consequentemente de inclusão dos cadeirantes.

Notamos, portanto, a importância de políticas públicas voltadas para a adaptação dos espaços de lazer da cidade com o objetivo de se tornarem espaços inclusivos, convidativos e acolhedores para todas as pessoas. Destacamos ainda a necessidade da participação das pessoas com deficiência no planejamento dos espaços de lazer para que as especificidades de cada uma delas sejam respeitadas. Também ressaltamos a importância dos gestores da cidade de Curitiba compreenderem que “investir na qualidade do espaço público, de seu desenho, de seu enriquecimento e de sua manutenção nunca será um luxo, senão justiça democrática” (BORJA, 2006¹³, p. 12, *apud* RECHIA; BETRAN, 2010, p. 199).

Identificamos ainda que os integrantes desse grupo possuem o tempo para realizar atividades no âmbito do lazer, já que dos quatro integrantes do grupo, apenas um estuda e nenhum deles trabalha. No entanto, o espaço, por não ser baseado nos princípios do Desenho Universal e apresentar as diversas barreiras discutidas nesta pesquisa, tanto no acesso, quanto no uso, limita as possibilidades do grupo e, consequentemente, a potencialização de novas experiências.

¹³ BORJA, J. Urbanismo e cidadania. *In*: CIVISMO: las claves de la convivencia. Barcelona, 2006. Los monográficos de B.mm, n.6.



Também identificamos que a falta de novas experiências no âmbito do lazer é limitada para os integrantes desse grupo, seja pelo fato de nascerem com a deficiência e não terem acesso à diversificadas vivências, principalmente as esportivas, ou pelo fato de não conhecerem outras e novas possibilidades de lazer, como teatro, cinema, restaurantes, bares, entre outros, porque, simplesmente, não conseguem chegar até elas. Essa questão aponta para a necessidade de políticas públicas voltadas para a educação *pele e para* o lazer, e possibilitando mais autonomia e independência dos cadeirantes.

Acreditamos, portanto, que a garantia do direito ao lazer não está baseada somente no tempo para experienciar tal dimensão, mais depende também tanto do acesso à educação, quanto das condições de acessibilidade dos espaços públicos destinados a essas experiências. Assim, tempo, atitude e espaço, quando conectados entre si, podem garantir esse direito que é de todos os cidadãos.

Por fim, diante do contexto descrito, discutir espaços de lazer e acessibilidade significa discutir se a cidade de Curitiba é para todos. E esta é uma discussão que não pode mais permanecer restrita ao seletivo grupo de arquitetos, urbanistas e planejadores, detentores do saber técnico. Esta é uma problemática que impõe discutir qual cidade e sociedade se deseja. Portanto, um bom espaço de lazer deve presumir o direito à cidade, o direito à vida urbana, ao “habitar” em seu sentido amplo, em que seja dado aos usuários o direito a participar e interagir.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamento Urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. Disponível em: <<http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.PDF>>. Acesso em: 1/10/2010.

BAUM, Z.; MAY, T. **Aprendendo a pensar com a Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2010.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Ensayo, 2005.

BURJATO, A. L. P. de F. **Parques acessíveis – um direito a cidadania**. Aplicação de procedimentos para avaliação do projeto implantado: o caso do Parque Villa-Lobos. Dissertação (Mestrado) – FAU/ USP, São Paulo, 2004.

COHEN, R. **Cidade, corpo e deficiência**: percursos e discursos possíveis na experiência urbana. Tese (Doutorado do Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DUARTE, C. R.; COHEN, R. A acessibilidade como fator de construção do lugar. In: ORNSTEIN, S. W.; ALMEIDA PRADO, A. R. de; LOPES, M. E. (Orgs.). **Desenho Universal**: caminhos da acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2010. p. 81-94.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, F. P. A. **O município Acessível à Pessoa Portadora de Deficiência**: O direito à eliminação das barreiras arquitetônicas. São Paulo: RCS Editora, 2007.



MORAES, M. C. de. **Acessibilidade no Brasil**: Análise da NBR 9050. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2007.

OLIVEIRA, M. P.; RECHIA, S. O Espaço Cidade: uma opção de Lazer em Curitiba (Pr). **Licere**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 1-25, set. 2009.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba**: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese (Doutorado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2003.

_____. Curitiba Cidade-Jardim: a relação entre espaços públicos e natureza no âmbito das experiências do lazer e do esporte. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 89-107, maio 2007.

RECHIA, S.; BETRÁN, J. O. Parques urbanos de Barcelona: a relação entre a diversidade nas formas de apropriação e a segurança a partir de usos principais e combinados. **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, 2010.

REIS, L. J. de A.; STAREPRAVO, F. A. Políticas Públicas para o Lazer: pontos de vista de alguns teóricos do Lazer no Brasil. **Licere**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 1-20, ago. 2008.

SICORDE. **Dados do Censo 2000 sobre deficiências no Brasil**. Brasília: CORDE, 2002. Disponível em: <<http://www.corde.mj.gov.br>>. Acesso em: 27/8/2008.

RECHIA, S.¹
CASSAPIAN, M.R.²

¹ Professora Adjunta do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e do Programa de Mestrado em Educação Física da UPR. simone@ufpr.br

² Professora Assistente do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal do Paraná. marinarc@ufpr.br

Recurso tecnológico necessário para comunicação oral:

Material: Data Show

